

Transição energética amplia demanda por terras raras no Brasil



REPORTAGEM ESPECIAL | PÁGINAS 5, 6, 7 E 8

EM PAUTA

Bold amplia atuação no Rio Grande do Sul com cerca de R\$ 1 bilhão em novos projetos

BOLD INCORPORADORA/DIVULGAÇÃO/JC



Uma parcela importante dos próximos investimentos estará concentrada em Canoas, com torre comercial no ParkShopping e outras iniciativas

Empresa aposta em alto padrão e sustentabilidade para crescer no RS

Sofia Kramp Leke

sofial@jcrs.com.br

Com expansão concentrada em Canoas, a Bold Incorporadora se prepara para uma escalar uma nova fase marcada por crescimento, cujo possui um pipeline de aproximadamente R\$ 1 bilhão em Valor Geral de Vendas (VGV) em projetos que estão com lançamento previsto nos próximos anos. O pipeline também abrange projetos em Porto Alegre, no bairro Moinhos de Vento, e na Serra Gaúcha, em Canela.

Lançada oficialmente em 2021, a incorporação e construção de empreendimentos residenciais e comerciais, voltados a projetos de alto padrão. A empresa já soma em torno de R\$ 400 milhões em VGV, contando com empreendimentos, lançados, entregues e em construção.

A ampliação do negócio começou a partir de um investimento

em torno de R\$ 300 milhões em recursos próprios na aquisição de terrenos, desenvolvimento de projetos e execução das obras, além de manter um banco de terras que garante novas inaugurações pelos próximos 15 anos. Para o sócio-diretor técnico e de incorporações da Bold Incorporadora, Felipe Tamanini, o crescimento acontece de “forma planejada, sem abrir mão dos pilares que orientam a empresa desde o início. O alto padrão construtivo, a arquitetura qualificada e o cuidado com cada escolha permanecem como premissas em todos os projetos. Cada empreendimento é desenvolvido de forma individual, considerando sua localização, seu público e a relação que estabelece com o entorno”.

Canoas continua sendo seu principal eixo de crescimento, onde a empresa se firmou como uma das maiores incorporadoras de luxo com seis empreendimentos lançados. A Torre Comercial no ParkShopping Canoas, projeto desenvolvido em colaboração com a Multiplan, é um dos novos grandes empreendimentos. A proposta

é arquitetar um novo centro de negócios integrado ao complexo do shopping onde os usuários terão acesso a uma ampla oferta de serviços como academia, entretenimento, gastronomia, conveniências e comércio.

“Uma parcela importante dos próximos investimentos estará concentrada em Canoas, especialmente no entorno do ParkShopping Canoas, onde, além da torre comercial desenvolvida em parceria com a Multiplan, temos outros três projetos em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, estamos preparando a expansão para novas localizações. Em Porto Alegre, além do Van Gogh Residentie, já em obras, temos um terreno no bairro Moinhos de Vento destinado a um futuro empreendimento”, conta Tamanini.

Além das inovações, a Bold visa projetar soluções que estejam voltadas à eficiência, durabilidade, segurança e qualidade dos espaços, práticas ambientais, sociais e de governança, além de manter processos de gestão e controle de qualidade alinhados às certificações ISO 9001, para a

criação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e PBQP-H NÍVEL A, nível máximo de certificação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SiAC), respectivamente conquistadas em 2025 e recertificadas em 2026.

Partindo de uma arquitetura qualificada, além de beneficiar moradores, os empreendimentos geram valor para o entorno e para as regiões onde se localizam. Essa perspectiva entra em cada empreendimento, cujo recebem nomes de grandes personalidades da arte e da cultura, como Ernest Hemingway, Claude Monet, Piet Mondrian, Vincent Van Gogh e Frank Sinatra.

Atualmente, a incorporadora soma sete empreendimentos lançados e atua também no segmento de urbanização por meio da Lavie, responsável pelo condomínio Vermont, em Gravataí. A operação reúne cerca de 130 colaboradores diretos, além de aproximadamente 600 profissionais envolvidos nas obras, refletindo a dimensão da estrutura mantida pela empresa para conduzir seus projetos.

Raio-x

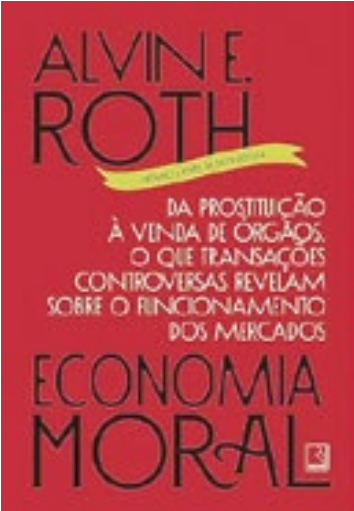
- **Empresa:** Bold Incorporadora
- **Ano de fundação:** 2021
- **Cidade de origem:** Canoas
- **Área de atuação:** Incorporação e construção de empreendimentos residenciais e comerciais, com foco em projetos de alto padrão.
- **Principais clientes:** Compradores e investidores dos segmentos residencial e comercial
- **Investimentos em inovação:** Investe continuamente no aprimoramento de seus projetos e sistemas construtivos, com a adoção de soluções voltadas ao desempenho, eficiência, segurança e durabilidade das edificações. Entre os exemplos estão sistemas como fachada ventilada, geradores de energia, soluções de eficiência térmica e melhorias de infraestrutura incorporadas aos projetos.
- **Visão de médio prazo:** Consolidar ainda mais a atuação da Bold em Canoas, onde está concentrada uma parcela importante dos próximos investimentos da incorporadora, com destaque para o entorno do ParkShopping Canoas, região estratégica para os novos projetos da empresa. Paralelamente, a Bold prevê ampliar sua atuação em outros mercados do Rio Grande do Sul, com projetos em Porto Alegre e um futuro desenvolvimento na Serra Gaúcha. A estratégia de crescimento mantém como pilares a arquitetura autoral, o alto padrão construtivo, a escolha criteriosa das localizações e o desenvolvimento de produtos alinhados ao perfil de cada região.



“Mais do que aumentar o número de projetos, nosso objetivo é crescer preservando a qualidade e a identidade que construímos até aqui”

Felipe Tamanini,
Sócio-diretor técnico e de incorporações.

FEED



Economia moral; Alvin Roth; Editora Record; 424 páginas; R\$ 109,90; Disponível em versão física e digital.



Investindo em Ações no Longo Prazo: O Guia Indispensável do Investido...; Jeremy Siegel e Jeremy Schwartz; Editora Bookman; 512 páginas; R\$ 178,00; Disponível em versão física e digital.



Reforma Tributária na Prática - Setor de Serviços; Caio Bartine; Editora Foco; 448 páginas; R\$ 215,00; Disponível em versão física e digital.

Economia

Em “Economia moral”, o economista Alvin Roth, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2012, analisa os limites morais dos mercados e os conflitos que surgem quando determinadas transações são consideradas inaceitáveis por parte da sociedade. A obra aborda questões como a comercialização de órgãos, a remuneração pela doação de sangue, a fertilização in vitro, a gestação por substituição, a prostituição, a eutanásia e a legalização de drogas, incluindo maconha e opioides. A partir desses exemplos, Roth examina como convicções morais e religiosas influenciam as decisões sobre o que pode ser

comprado, vendido ou trocado. O autor utiliza a perspectiva econômica para discutir as chamadas transações repugnantes, isto é, aquelas que determinados grupos consideram inaceitáveis, mesmo quando outras pessoas estão dispostas a realizá-las. Em vez de defender a liberação ou a proibição generalizada dessas práticas, Roth propõe analisar como os mercados podem ser estruturados para conciliar a liberdade individual com a proteção de pessoas vulneráveis. A discussão aborda, assim, os desafios de desenvolver mecanismos de mercado que considerem tanto a eficiência econômica quanto os limites éticos estabelecidos pela sociedade.

Investimento

Em “Investindo em ações no longo prazo: O Guia Indispensável do Investidor do Mercado Financeiro”, Jeremy Siegel, professor emérito de finanças da Wharton School, da Universidade da Pensilvânia, e Jeremy Schwartz, diretor global de investimentos da WisdomTree, apresentam a 6ª edição revisada e atualizada da obra sobre investimentos no mercado acionário. O livro reúne análises sobre o comportamento das ações e os fatores que influenciam as decisões de investimento.

O conteúdo aborda temas como investimento em valor, critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) e investimen-

tos internacionais. Os autores também discutem os efeitos das mudanças globais, incluindo as climáticas, sobre os mercados financeiros, além de examinar tendências históricas e suas implicações para investidores. A publicação apresenta conceitos e ferramentas para a compreensão do mercado de ações e a construção de estratégias de investimento de longo prazo. A nova edição incorpora desenvolvimentos recentes do cenário econômico e financeiro, com discussões sobre a atuação dos investidores em diferentes mercados e as transformações que podem afetar os portfólios.

Reforma tributária

Em “Reforma tributária na Prática: Setor de Serviços”, o tributarista Caio Bartine analisa os efeitos da implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) sobre as atividades de serviços no Brasil. A obra aborda as mudanças na tributação do consumo durante o período de transição, que se estende até 2033, e seus possíveis impactos sobre custos, preços e organização das empresas.

O livro apresenta a evolução da tributação dos serviços, com destaque para o ISS, o PIS e a Cofins, e explica os princípios de neutralidade, não cumulatividade e crédito financeiro previstos no novo modelo. A análise considera as particularidades de um

setor marcado pela dependência de mão de obra, conhecimento e ativos intangíveis. Em capítulos específicos, Bartine examina segmentos como consultoria, advocacia, saúde, educação, tecnologia, serviços digitais e terceirização. O autor discute possíveis mudanças na carga tributária, limites ao aproveitamento de créditos, competitividade e adaptações contratuais e societárias. A publicação aborda controvérsias jurídicas relacionadas à classificação de operações, ao creditamento e às relações entre entes federativos e reúne aspectos jurídicos e econômicos para auxiliar na avaliação de riscos e na adaptação de modelos de negócio ao novo regime tributário.

Segurança digital também é responsabilidade compartilhada

Outubro, Mês de Conscientização sobre Cibersegurança, reforça um tema que vai além das equipes de tecnologia. À medida que as relações se tornam mais digitais, proteger informações passa a integrar a estratégia, a continuidade dos negócios e a confiança entre organizações e seus públicos.

No CIEE-RS, a tecnologia está presente na conexão com estudantes, empresas e instituições de ensino. Esse relacionamento envolve a proteção de dados cadastrais, acadêmicos e contratuais, além da necessidade de manter os serviços digitais seguros e disponíveis. Por isso, a instituição mantém monitoramento 24 horas por dia e adota medidas de prevenção, resposta e contingência, além de programas de conscientização dos colaboradores.

“Cibersegurança resulta da combinação entre tecnologia, processos e pessoas. As ferramentas ampliam a proteção, mas reconhecer riscos e tomar decisões responsáveis é essencial”, destaca Cleiton Limberger, gerente de TI do CIEE-RS.

No dia a dia, alguns cuidados fazem diferença: usar senhas longas e diferentes, ativar a verificação em duas etapas, manter dispositivos atualizados e nunca compartilhar códigos de autenticação. Solicitações incomuns, especialmente as que envolvem dinheiro, documentos ou contas, devem ser confirmadas por canal oficial.

Para jovens em busca de estágio ou emprego, a atenção deve ser redobrada. Vagas falsas e perfis que se passam por empresas ou recrutadores podem buscar dinheiro ou dados pessoais. Pedidos de pagamento para garantir contratação ou compras vinculadas à promessa de emprego são sinais de alerta.

Com o avanço da inteligência artificial, mensagens, imagens, áudios e vídeos falsos podem parecer cada vez mais convincentes. Por isso, aparência e familiaridade não comprovam autenticidade. Quanto maior o impacto de uma decisão, maior deve ser o cuidado com a verificação.

Embora outubro seja o Mês de Conscientização sobre Cibersegurança, esse compromisso deve durar o ano inteiro.





VISÃO EMPRESARIAL

Pedro Ricco Deos

Diretor de Relações Institucionais e Fórum da Liberdade do IEE

Ganharam a eleição. Herdaram a Constituição

Os 513 deputados e 54 senadores eleitos ontem acordam hoje com a ressaca da vitória. Enebriados, poucos lembrarão que é aniversário da Constituição, ainda que a comemoração seja cada dia menos recomendável. É indispensável, contudo, recordarem que, em fevereiro, cada um deles jurará manter, defender e cumprir uma Carta que o Congresso trata como rascunho.

O problema da Constituição Cidadã não surgiu com o tempo. Nossa Carta Maior já nasceu com sobrepeso: 245 artigos no corpo permanente e outros 70 nas disposições transitórias. Os constituintes, recém-saídos da ditadura, quiseram escrever tudo. E escreveram.

Levaram para o texto constitucional não apenas direitos e garantias fundamentais, mas também escolhas de política pública e tentativas de disciplinar fenômenos econômicos. Dentre exemplos emblemáticos, delimitaram o teto de 12% ao ano para os juros reais, como se a norma maior pudesse submeter a economia à vontade do constituinte.

De 1988 para cá, vieram 139 emendas. Nos primeiros 10 anos, foram 19. Nos últimos 10, 46. A norma que deveria ser a mais estável do país passou a ser alterada com a frequência de um regulamento. Os três quintos dos votos, em dois turnos e nas duas Casas, foram pensados como barreira. Viraram rotina.

A Constituição extensa explica parte do problema. A outra parte está na conveniência. Ao levar uma escolha para a Carta, uma maioria não apenas decide o presente: eleva o custo para que maiorias futuras decidam de modo diferente. Além disso, a emenda dispensa sanção presidencial e confere à decisão uma estabilidade que a legisla-

ção ordinária não oferece. Foi por emenda que se adiou o pagamento de precatórios, que se tornou obrigatória a execução das emendas parlamentares ao orçamento e que se abriu espaço adicional no teto de gastos.

O Congresso reclama, com razão, do protagonismo do STF. Mas quem constitucionaliza tudo não pode se surpreender quando tudo vira questão constitucional. Cada detalhe levado à Constituição é mais um tema entregue à última palavra de 11 ministros. O Parlamento reclama do árbitro ao mesmo tempo que lhe entrega o apito.

A Constituição existe para limitar o poder e proteger o cidadão do Estado. A nossa preferiu prometer tudo por meio dele. Transformou em direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência e a assistência aos desamparados. A moradia, a alimentação e o transporte vieram a reboque. São aspirações legítimas. O problema é imaginar que inscrevê-las na Constituição basta para torná-las realidade.

Uma Constituição que promete tudo ensina que nada do que está nela precisa ser levado a sério. O resultado é um texto inchado naquilo que não precisava nele estar e omisso naquilo que prometeu. Nas lacunas, quem decide é o Judiciário. Nos excessos, também.

Aos eleitos, fica a sugestão de uma tarefa menos vistosa que uma PEC: legislar. Deixar na lei o que é matéria de lei, resistir à tentação de constitucionalizar a política do momento e devolver à Constituição o papel de limite, e não de programa de governo. Ontem, o eleitor fez a sua parte. Falta ao Congresso emendar-se. Com esse desafio começa a nova legislatura.

OPINIÃO

A observabilidade em operações financeiras

Alex Camargo

Head de Observabilidade da Delfia

Em um ecossistema de pagamentos instantâneos, a relação entre tempo de resposta, experiência do cliente e geração de receita nunca foi tão evidente. A indisponibilidade já é vista como um risco financeiro e estratégico.

Dados do Uptime Institute mostram que mais da metade das interrupções relevantes ultrapassam US\$ 100 mil em prejuízo, enquanto aproximadamente 20% superam US\$ 1 milhão por incidente. E esses números não estão necessariamente associados a quedas das aplicações e da infraestrutura.

Na maioria das vezes, os sistemas continuam operando, porém com lentidão ou intermitência. O impacto aparece no abandono de transações, na redução das taxas de conversão e na perda de receita. Diante de uma maquininha lenta, de um Pix que demora para confirmar ou de um checkout instável, muitos consumidores desistem da compra.

Hoje, com a popularização dos pagamentos instantâneos, atrasos de poucos segundos são suficientes para comprometer a confiança e interromper a jornada do cliente.

Uma única transação depende de muitos componentes distribuídos, como ambientes multicloud, microsserviços, APIs, gateways de pagamento, plataformas antifraude, bancos de dados e integrações com parceiros externos.

Nesse contexto, a observabilidade assume um papel estratégico ao correlacionar logs, métricas, traces e eventos em tempo real para compreender o comportamento das aplicações. Combinada a padrões como o OpenTelemetry, IA e automação operacional, transforma telemetria em insights acionáveis, acelerando a identificação da causa raiz e conectando indicadores técnicos aos de negócio.

A falta de visibilidade pode gerar riscos operacionais decor-

rentes de capacidade insuficiente em momentos críticos. Já a observabilidade permite otimizar performance e custos.

Segundo o Gartner, empresas que adotam práticas de observabilidade reduzem o tempo de resolução de incidentes e aumentam a resiliência operacional. Assim, passam a atuar de forma preditiva, identificando comportamentos anômalos e indisponibilidade percebida pelos clientes.

O diferencial competitivo está em compreender o comportamento das operações, antecipar riscos e garantir que cada segundo da jornada digital gere valor para o negócio. É nesse ponto que a observabilidade se torna um ativo estratégico para as organizações.

Diante de uma maquininha lenta, de um Pix que demora para confirmar ou de um checkout instável, muitos consumidores desistem da compra



DELFINA/DIVULGAÇÃO/JC

O jeito chinês de negociar

Leonardo Baum

Empresário e associado do IEE

Entre 15 de outubro e 4 de novembro, Guangzhou, na China, recebe a 140ª edição da Canton Fair, a maior feira multissetorial do mundo. Em 2025, quase 289 mil compradores estrangeiros de 219 países passaram pela feira. Muitos empresários brasileiros desembarcarão em busca de fornecedores e melhores preços, mas boa parte volta sem perceber que a negociação mais importante acontece longe dos estandes.

Depois de dois dias de viagem, o empresário chega a Guangzhou com a agenda cheia e ainda em jet lag. Quando a última reunião termina, um fornecedor convida para jantar. Ele aceita por educação, mas pensa que talvez fosse melhor descansar.

Durante o jantar, a conversa

passa por mercado e planos futuros, mas também por família, hobbies e viagens, assuntos que dificilmente apareceriam numa reunião formal.

Em minhas primeiras idas à China, pensei que aqueles jantares fossem apenas gesto de educação. Com o tempo, entendi que a conversa depois da negociação também fazia parte dela.

Do outro lado da mesa, o fornecedor está avaliando quem é você: como trata as pessoas, se é confiável, e se está diante de um pedido pontual ou de uma potencial parceria duradoura. Foi então que conheci um conceito central na cultura de negócios chinesa, o guanxi.

Nunca encontrei tradução perfeita para guanxi. Alguns o aproximam de networking, outros de confiança. Prefiro vê-lo de forma simples, como a maneira pela qual empresários chi-

neses constroem relações que sustentam parcerias de longo prazo.

No Brasil também negociamos assim, num jantar, num happy hour ou por meio de uma indicação de confiança. Aqui, isso ajuda a negociação. Na China, é parte fundamental dela.

Na prática, o guanxi mostra valor quando algo sai do planejado. Com ele, você ganha prioridade, e o fornecedor busca alternativas diante de imprevistos. Mas tem limite, e não substitui o que sustenta qualquer negócio na China: especificações claras, inspeções de qualidade e pagamentos alinhados às etapas do pedido.

Na Canton Fair, o preço de um produto se revela no estande da feira. A confiança, por sua vez, é construída na mesa do jantar. É isso que separa quem compra da China de quem negocia com ela.

REPORTAGEM ESPECIAL

Reservas minerais do Brasil atraem atenção do mercado global

As terras raras brasileiras ganham importância diante da disputa comercial entre Estados Unidos e China; com 23,3% das reservas mundiais, o País aparece como possível fornecedor estratégico

Marcus Meneghetti
Especial para o JC

Os analistas são unânimes ao dizer que as terras raras brasileiras – cujas reservas representam 23,3% do estoque mundial – podem garantir ao Brasil um papel estratégico no mercado global. Afinal, a transição energética de combustíveis fósseis para fontes renováveis e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China devem aumentar a demanda por esses minerais imprescindíveis para a indústria de tecnologia, carros elétricos e energias renováveis.

As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos. Eles são chamados de “raros” pela dificuldade em encontrá-los concentrados em grandes quantidades. Eles são cruciais para a fabricação de computadores, smartphones, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, veículos elétricos, aviões, submarinos e mísseis.

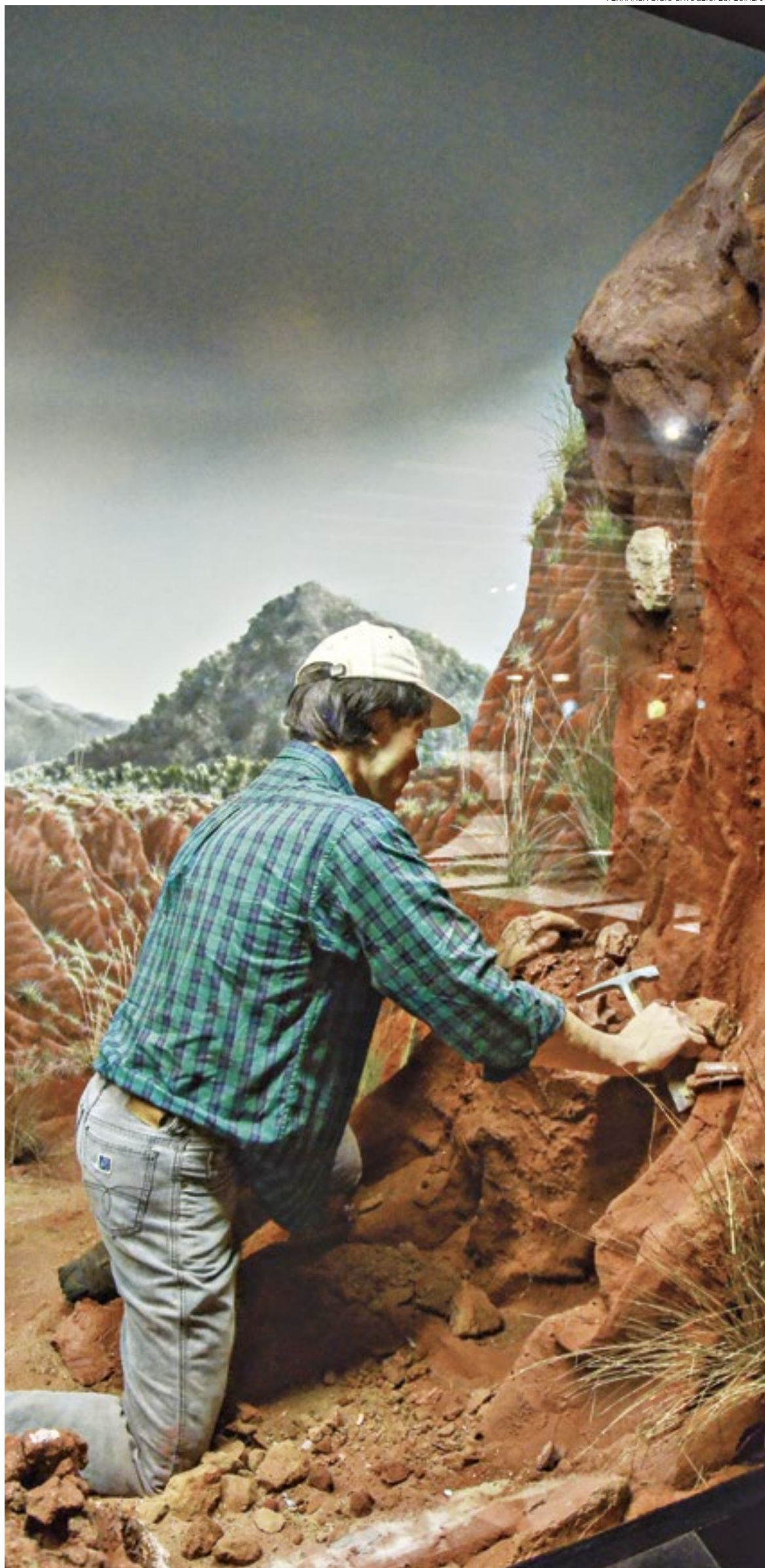
O professor de geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Edinei Koester explica uma das utilidades mais importantes. “O neodímio, que é um dos elementos mais importantes entre as terras raras, é usado para fazer ímãs permanentes. Antigamente os celulares eram chamados de ‘tijolões’ por serem grandes. É que eles precisavam de um ímã de ferro, que era relativamente grande. Hoje, nossos celulares são menores porque têm um ímã de neodímio, que é muito menor e muito mais potente”, exemplifica.

Hoje a produção global de terras raras é controlada pela China – que domina o processo de refino desses elementos. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), a indústria chinesa é responsável por 85% da produção global, os Estados Unidos por 5%, a Índia por 1% e o resto do mundo por 9%.

Desde 2025, a Casa Branca busca diversificar os fornecedores de terras raras para a indústria norte-americana, em uma tentativa de reduzir a dependência da China. Afinal, após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impor tarifas ao resto do mundo em abril do ano passado, Pequim retaliou o país restringindo a venda de pelo menos sete elementos a empresas estadunidenses.

Então, a atenção de Trump se voltou para as terras raras do Brasil. O presidente dos Estados Unidos admitiu que o tema foi discutido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a visita do brasileiro a Washington. Além da demanda norte-americana, a transição energética, a fabricação de baterias e a indústria de carros elétricos devem aumentar a demanda por terras raras. A IEA estima que a procura por lítio deve triplicar até 2040, e a procura por níquel, grafite e terras raras deve aumentar em até 90%. Nesse cenário, as reservas brasileiras ganham cada vez mais importância.

Leia mais nas próximas páginas >>



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

REPORTAGEM ESPECIAL

Brasil sanciona lei que regulamenta as terras raras

Nova política busca estimular o beneficiamento de minerais críticos e terras raras no Brasil, com incentivos fiscais, financiamento e investimentos em pesquisa

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Uma semana antes de viajar para a assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York – onde havia a expectativa de que as terras raras brasileiras entrassem na pauta de negociações entre o Brasil e os Estados Unidos – o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras. O texto regula a exploração de minérios no Brasil, de modo a incentivar a industrialização dessas matérias-primas em território nacional.

Após assinar a sanção do projeto no dia 16 de setembro em Brasília, Lula disse a um auditório com representantes do setor de mineração que o País não repetirá o erro histórico de ser um mero exportador do material bruto. A ideia é que a indústria nacional faça o processo de separação e beneficiamento dos minérios.

“Com essa legislação, o Brasil propõe ao mundo uma nova agenda para a mineração do futuro: a transição para uma mineração socialmente justa, ambientalmente sustentável e industrializante para os países em desenvolvimento”, declarou Lula.

Ao lado do presidente na cerimônia de sanção da nova lei, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fez menção à pressão exercida pela Casa Branca para ter acesso privilegiado às terras raras brasileiras. Para Silveira, o texto é a “certidão de nascimento de uma nova era para a mineração no Brasil, com declaração de independência econômica e de coragem política que não se curva diante de ameaças externas”.

Durante a assembleia da ONU, Lula mencionou que “a divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos”. O acesso às terras raras brasileiras pode



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Elementos como neodímio, disprósio e térbio estão presentes em diferentes aplicações da indústria de alta tecnologia

entrar na negociação das tarifas impostas pela Casa Branca a produtos do Brasil. Os EUA têm buscado diminuir a dependência das terras raras chinesas e reforçar sua influência na América Latina.

A Política de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras não impede a exportação da matéria-prima bruta nem prevê o controle de exportações. Em vez disso, o texto estabelece pelo menos quatro medidas para estimular a industrialização do setor de mineração, o beneficiamento do minério em território nacional e o investimento em pesquisa no Brasil.

A primeira medida é o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos – que prevê a concessão de créditos fiscais de até R\$ 1 bilhão por ano entre 2030 e 2034. Ou seja, as empresas podem receber até R\$ 5 bilhões nesse período.

A segunda diz respeito ao Fundo Garantidor de Atividade Mineral (FGAM), que disponibilizará até R\$ 5 bilhões para cobrir riscos cambiais e contratuais de projetos de mineração que preencham certos requisitos. A União poderá destinar até R\$ 2 bilhões ao fundo. O restante poderá ser completado pelos Estados, municípios e a iniciativa privada.

A terceira medida prevê que, em troca dos benefícios fiscais, as

empresas de mineração se comprometerão a destinar parte da sua receita bruta para duas finalidades: 0,2% para o FGAM e 0,3% para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na área do beneficiamento dos minerais. Após seis anos, toda a contribuição – ou seja, 0,5% da receita bruta – será destinada à pesquisa.

Por fim, a nova lei cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à presidência da República. O órgão será responsável pela autorização de parcerias internacionais, a regulação do compartilhamento de dados geológicos, a autorização de empresas estrangeiras em projetos sensíveis e a aprovação da venda de mineradoras que detêm o direito de exploração de minerais no Brasil.

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Pablo Cesário, acredita que o texto sancionado pelo presidente foi o resultado do “melhor consenso possível” entre governo, oposição e setor produtivo. Para Cesário, “o projeto oferece uma base positiva para financiamento, industrialização, tecnologia e inserção internacional da indústria da mineração brasileira”. Agora, o Ibram espera um “ambiente regulatório estável” para viabilizar os investi-

mentos de longo prazo.

O Brasil é líder no mundo em reserva de nióbio. Está em segundo lugar em terras raras e grafita. É o terceiro em níquel e o sexto na produção global de lítio. Segundo

o Ministério de Minas e Energia, o setor de mineração corresponde a 4% do PIB brasileiro. O nióbio e o minério de ferro bruto são os principais produtos desse setor, atualmente.

Reservas minerais brasileiras em relação à classificação mundial

FONTE: SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Mineral	Percentual das reservas mundiais	Ranking das maiores reservas
Nióbio	94,1%	1º lugar
Grafita	25,5%	2º lugar
Terras raras	23,3%	2º lugar
Ferro (minério bruto)	17%	3º lugar
Níquel	12,3%	3º lugar
Alumínio (bauxita)	9,3%	5º lugar
Vanádio	0,7%	5º lugar
Lítio	1,3%	8º lugar

Produção mineral brasileira em relação à classificação mundial

FONTE: SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Mineral	Percentual da produção mundial	Ranking dos países produtores
Nióbio	90,9%	1º lugar
Ferro (minério bruto)	17,5%	2º lugar
Vanádio	5%	4º lugar
Grafita	4,3%	4º lugar
Alumínio (bauxita)	7,3%	5º lugar
Lítio	4,2%	6º lugar
Níquel	2,1%	6º lugar

Tecnologia é desafio para ampliar as explorações

O governo federal tem pressa em destravar o potencial das terras raras brasileiras, de modo que estuda diversos modelos para a formação de uma indústria nacional. Três possibilidades estão na mesa: a concessão de incentivos fiscais para empresas privadas; a entrada da Petrobras na exploração de terras raras; e a criação de uma estatal para o setor, a Terrabras. Segundo o Serviço de Geologia do Brasil (SGB), o Brasil somou 62 projetos privados relacionados às terras raras em 2026. Entretanto, 61 empreendimentos ainda não iniciaram as atividades de mineração, por estarem na fase inicial de planejamento, mapeamento das reservas e estudos geoquímicos.

Hoje a única empresa em operação no território nacional é a Serra Verde Mining Company. A empresa opera na região de Minaçu, em Goiás. Em agosto, a empresa estadunidense USA Rare Earth anunciou a compra da Serra Verde. A previsão é que a Fase I instalada em Goiás produza cerca de 5.000 toneladas de óxidos de terras raras. Para alavancar o investimento privado nesse setor, o Palácio do Planalto sancionou em setembro a Política Nacional de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras. O texto prevê até R\$ 10 bilhões em incentivos fiscais

para as empresas que fizerem o beneficiamento do material bruto em solo nacional.

Contudo, outras possibilidades também estão na mesa. Em agosto, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu a inclusão da Petrobras nas discussões sobre a exploração das terras raras em um evento sobre mineração realizado em Brasília. A entrada da estatal no setor divide opiniões. A professora de Relações Internacionais Fernanda Brandão avalia que essa pode ser uma oportunidade para a petroleira brasileira aderir à transição energética de energias fósseis para fontes renováveis, em curso no mundo.

“As terras raras são importantes na produção de energia eólica, solar, carros elétricos. Então, a exploração desses recursos abre uma nova janela de expansão e de manutenção da importância da Petrobras. A participação pública (na empresa) é importante, porque garante a presença do Estado brasileiro na produção desses recursos que são estratégicos no mundo todo”, analisa Fernanda.

Embora não se oponha à expansão da Petrobras, o professor de geologia da Ufrgs Edinei Koester – que coordena um grupo de pesquisadores que estuda as ter-

ras raras no Rio Grande do Sul – vê com ceticismo a possibilidade. Na avaliação de Koester, a estatal se tornou uma das maiores petroleiras do mundo devido ao investimento em pesquisa feito ao longo de décadas. Mas a tecnologia exigida pelas terras raras é muito diferente.

“As terras raras e o petróleo são recursos minerais? Sim. Mas são parecidos? Não. Então, não sou contra a exploração de terras raras pela Petrobras. Mas isso exige uma mudança completa na matriz geológica, porque a empresa passaria a trabalhar com um material completamente diferente. Ela não tem a tecnologia para isso”, comenta.

Segundo o professor da Ufrgs, o ideal seria a criação de uma empresa semelhante à Petrobras, mas dedicada exclusivamente aos minerais de terras raras. Assim como a petroleira – que atuava da extração do petróleo, passando pelo refino, até a venda de combustível nos postos – a estatal de terras raras atuaria na extração e no beneficiamento desse minério. “Chegou a ser proposta a criação da Terrabras”, relembra.

O deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou em abril um projeto de lei para criar a empresa de capital aberto Terras Raras Brasileiras S.A. – a Terrabras. Pelo texto, o governo brasileiro seria o acionista majoritário e a empresa ficaria sob o comando do Ministério de Minas e Energia. Em outro projeto, o



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Para Koester, o ideal seria criar empresa pública semelhante à Petrobras

líder do governo na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (PT-SC), propôs que a Terrabras explorasse pelo menos 50% das reservas brasileiras.

“A empresa pública proposta destina-se a atuar em toda a cadeia produtiva de terras raras, minerais estratégicos e minerais críticos – desde a pesquisa geológica e a exploração mineral até o beneficiamento, o processamento, a industrialização e a comercialização”, argumenta Rollemberg na justificativa do projeto.

No entanto, a criação da Terrabras recebeu críticas do setor pri-

vado. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) – que representa empresas privadas de mineração – se manifestou na época dizendo que “a fragilidade da mineração brasileira de terras raras não decorre de falta de protagonismo estatal. Decorre da carência de tecnologia de separação e refino em escala industrial, de processos químicos cuja dominância está concentrada em poucos agentes, de financiamento insuficiente, de infraestrutura logística precária, de mão de obra especializada escassa e de insegurança jurídica, que afasta investidores.”

Pesquisadores identificam alta concentração de terras raras em Caçapava do Sul

Um grupo de pesquisadores identificou altas concentrações de terras raras em Caçapava do Sul, município localizado na Região da Campanha, no Rio Grande do Sul. A incidência desses elementos – fundamentais para a fabricação de computadores, smartphones, carros elétricos e outras tecnologias – pode trazer uma oportunidade de desenvolvimento econômico para a região.

Em Caçapava do Sul, os elementos de terras raras estão concentrados nas rochas chamadas de carbonatitos, presentes em menos de 1% da crosta terrestre. A concentração é similar às reservas chinesas e norte-americanas, como as reservas de Bayan Obo e Mountain Pass.

Um dos elementos de terras raras encontrados nos carbonatitos é o neodímio, utilizado para

a fabricação de ímãs superpotentes. Esses ímãs, por sua vez, são essenciais para a fabricação de turbinas eólicas, carros elétricos e smartphones. Os carbonatitos também contêm nióbio e tântalo.

O coordenador da pesquisa que mapeia as terras raras em Caçapava do Sul, o professor de Geologia da Ufrgs Edinei Koester afirma que as terras raras estão concentradas em quantidades economicamente viáveis na região. “A partir de 2013, a gente começou a estudar as rochas chamadas carbonatitos, que foram descobertas no Rio Grande do Sul por volta de 2010. Então, a gente se perguntou se essas rochas tinham concentrações químicas suficientes para explorá-las economicamente? E a resposta foi sim”, relata Koester.

A extração desse material en-

volveria a remoção de uma grande quantidade de rochas. Mas o professor da Ufrgs acredita que o País precisa investir não só na extração, mas também no beneficiamento e refino desse material. Ele resume como funcionaria todo esse processo.

“Em um quilo de rocha, vai ser retirado algo como 0,1 grama de terras raras. Imagina a quantidade de rochas para retirar 10 quilos de terras raras. A extração e trituração das rochas envolve o pessoal da engenharia. Depois são necessários processos químicos para desmanchar a rocha. Finalmente, separa-se um pó, que é o elemento de terra rara que vai ser vendido para a indústria produzir algo”, explica.

Leia mais nas próximas páginas



REPORTAGEM ESPECIAL

Terras raras trazem oportunidade de industrialização para o Brasil

Marcus Meneghetti*

Especial para o JC

A professora de Relações Internacionais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, Fernanda Brandão, acredita que o Brasil deve atrair capital estrangeiro para acelerar a exploração das reservas brasileiras de terras raras. Entretanto, a atração desse investimento deve ser feita de uma maneira que crie uma cadeia industrial no país – permitindo a exportação dos elementos processados, em vez do minério bruto.

O desenvolvimento de uma indústria de beneficiamento e enriquecimento do material bruto é significativamente mais lucrativo. Um quilo do material bruto contendo terras raras vale poucos dólares (dependendo dos elementos e da concentração). Por outro lado, um quilo de um determinado elemento processado pode custar US\$ 15.000,00, como é o caso do óxido de lutécio.

Para atrair companhias no mercado global, a especialista em Relações Internacionais vê várias possibilidades: “Parcerias público-privadas, exigência de capital público nas iniciativas (de exploração das terras raras), uma estatal como a Petrobras, operando em parceria com empresas estrangeiras.”

Empresas & Negócios – Embora o Brasil tenha mais de 20% das terras raras do planeta, ainda é um setor pouco explorado pelo país. Qual o papel do Brasil no mercado global desse material?

Fernanda Brandão – O Brasil desponta como um ator potencialmente estratégico nesse cenário. O país tem a segunda maior reserva conhecida desses minerais críticos mais raros, as famosas terras raras. Hoje a produção brasileira é muito pequena comparada com o nosso potencial. Mas o mais importante é que não existe uma indústria de processamento desse minério em território nacional. Isso cria uma oportunidade gigante de desenvolvimento de um setor industrial, de uma cadeia produtiva tecnológica.

E&N – Qual o principal desafio para desenvolver uma indús-

tria brasileira no setor de terras raras?

Fernanda – O desenvolvimento econômico passa pelo Brasil deixar de ser um exportador de commodities. Qual é o problema de sermos só produtores de commodities? O valor agregado é muito baixo. O processamento industrial gera um valor muito maior. Hoje o Brasil precisa de capital estrangeiro para desenvolver essa produção (de terras raras), porque não há investimento doméstico suficiente em pesquisa, não há desenvolvimento de tecnologia própria para isso. O país poderia fazer isso exclusivamente através de políticas públicas, investindo massivamente em pesquisa e desenvolvimento nesse setor. O problema é que isso atrasaria mais alguns anos a produção brasileira, a entrada nesse mercado estratégico internacionalmente. Há reservas que vão levar 15 anos para alcançar uma produção massiva. Então, o desafio do Brasil é o seguinte: como aproveitar essa janela de oportunidade sem nos condenarmos a sermos eternos fornecedores de commodities para as grandes potências?

E&N – Como atrair investimento estrangeiro ao Brasil?

Fernanda – Existem várias possibilidades: Parcerias Público-Privadas, exigência de capital público nas iniciativas (de exploração das terras raras), uma estatal como a Petrobras, operando em parceria com empresas estrangeiras. O Chile tem uma série de políticas públicas interessantes, inclusive (a venda de minérios por) um preço mais baixo para as empresas que decidirem instalar sua produção de componentes no território chileno. É uma maneira de impedir que as empresas exportem o minério bruto para produzir esses componentes em outros lugares.

E&N – A Política Nacional de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras – sancionada pelo presidente Lula neste mês – pode contribuir na atração de investimentos? O que destacaria no texto?

Fernanda – Eu destaco a criação do Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos, cujo objetivo é observar os investimentos de indústrias

estrangeiras, avaliar como está sendo executada a exploração em território nacional. O texto final não teve nenhuma medida restritiva, como uma cota de exportação, um limite no volume exportado ou exigências de que certas fases de processamento sejam feitas em solo nacional. Ao mesmo tempo, incluiu uma série de estímulos fiscais e de crédito, na tentativa de atrair empresas estrangeiras ao Brasil. Nos próximos anos, quando esse setor começar a se desenvolver, vai ficar mais claro se esse quadro regulatório foi suficiente ou se o país vai precisar de novas travas para garantir um maior controle nacional sobre esses recursos estratégicos.

E&N – Após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impor tarifas à China, os chineses responderam limitando o acesso das empresas estadunidenses às terras raras. A Casa Branca, por sua vez, passou a manifestar interesse nas terras raras brasileiras como uma alternativa para diminuir a dependência da China. Isso chegou até a gerar certa tensão diplomática com o Itamaraty. Os EUA são os principais interessados nas terras raras brasileiras?

Fernanda – Para os Estados Unidos, as terras raras são extremamente estratégicas no desacoplamento da economia chinesa. Hoje a indústria dos EUA depende das terras raras chinesas, porque a China tem praticamente o monopólio desse setor. Mesmo que essa matéria-prima seja extraída em outro país, cerca de 90% das terras raras do mundo são processadas em território chinês. Ao mesmo tempo, a nova doutrina de segurança da Casa Branca reafirma a América Latina como zona de influência dos Estados Unidos, resgatando a chamada Doutrina Monroe, que entendia “a América para os americanos”. Então, as reservas brasileiras de terras raras estão no que eles consideram sua zona de influência, além de ter uma proximidade geográfica. O acesso privilegiado a esses recursos pode ser um importante fator na redução da dependência da China.

E&N – Nesse caso, o Brasil deveria atrair empresas dos



Fernanda Brandão destaca importância de parcerias público-privadas

Estados Unidos?

Fernanda – O governo Trump está empenhado em trazer de volta aos Estados Unidos algumas indústrias que se deslocaram para o sudeste asiático. Então, em que medida as empresas americanas vão estar dispostas a trazer para o Brasil parte do seu processo produtivo? São interesses conflitantes. O desafio para os próximos governos brasileiros vai ser equilibrar a vontade americana de ter acesso a esses recursos com o nosso interesse de desenvolvimento nacional.

E&N – Que outros países têm indústrias interessadas em investir no Brasil?

Fernanda – Empresas da China, dos Estados Unidos, da Austrália e do Canadá têm se apresentado para investir no Brasil. Houve recentemente um anúncio de um empréstimo do BNDES para a Viridis, que é australiana. Também teve a compra da Serra Verde (que hoje é a única empresa que exporta terras raras no Brasil) por uma empresa americana (a USA Rare Earth). É interessante lembrar que, antes da venda, a Serra Verde operava em parceria com uma empresa chinesa.

Entenda as terras raras do Brasil

O que são minerais críticos e estratégicos?

Minerais críticos e estratégicos são um conjunto de elementos que têm alta demanda global e fornecimento vulnerável a gargalos geopolíticos. Normalmente, são utilizados na fabricação de tecnologia, de produtos eletrônicos e na indústria energética. Por exemplo, lítio, cobalto, níquel, grafita, cobre e terras raras.

O que são terras raras?

As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos. Eles são chamados de “raros” pela dificuldade em encontrá-los concentrados em grandes quantidades. Incluem o lantânio, cério, prasíodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, túlio, itérbio, lutécio, escândio e ítrio.

Por que esses elementos são importantes?

Eles são cruciais para a fabricação de computadores, smartphones, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, veículos elétricos, aviões, submarinos e mísseis. A aplicação das terras raras nessas tecnologias se deve às suas propriedades únicas, como a geração de ímãs superpotentes, resistência a temperaturas elevadas e alta capacidade de transmissão de dados.

*Marcus Meneghetti é jornalista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). É pós-graduado em Artes da Escrita, pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Trabalhou como jornalista político por mais de oito anos. Atualmente, dedica-se ao mercado de criptoativos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

101 Viralatas busca ajuda para seguir atendimentos

Organização recebe 350 animais por ano e atualmente enfrenta dificuldades financeiras que ameaçam a continuidade de suas atividades

Sofia Paiva
sofiap@jcrs.com.br

O respeito à vida animal e o desenvolvimento de uma relação saudável e equilibrada com a natureza são resultado de hábitos, escolhas e formas de convivência que começam na educação e na responsabilidade social coletiva. A Associação 101 Viralatas, fundada em 2009, nasceu da percepção de uma mãe e de uma filha de que os animais abandonados da cidade de Viamão precisavam de um local seguro e de cuidados adequados até encontrarem lares definitivos.

Desse modo, Vladete Vieira, mãe e presidente, e Aline Vieira, filha e fundadora, criaram a organização que hoje atende 350 bichos anualmente – dentre cães, gatos e equinos – no sítio onde atuam. A 101 Viralatas não se reconhece apenas como um espaço de acolhimento, mas uma entidade que contribui para a manutenção da sociedade e do meio ambiente, principalmente por meio da educação.

A gerente e gestora financeira da ONG, Franciele Amaral, relata que, atualmente, o maior desafio enfrentado pela 101 Viralatas é a falta de recurso financeiro – o que ameaça a existência da organização e suas ações contínuas. Segundo ela, o maior apoio recebido aos

longos dos anos eram doações de pessoas físicas, contudo, principalmente após as enchentes de 2024, o apoio financeiro diminuiu significativamente.

“Eu vejo que, a partir das enchentes, as pessoas passaram a se relacionar de forma diferente com as instituições sociais. O gaúcho foi muito afetado com as enchentes, muita gente tinha comércio e teve seu estabelecimento afetado. Então, o poder aquisitivo do gaúcho diminuiu e vemos que entre pagar uma conta e fazer a contribuição para uma ONG, a pessoa opta por pagar sua conta”, esclarece Franciele.

Apesar das atuais dificuldades financeiras, a ONG nunca desviou do seu objetivo central: institucionalizar o papel da 101 Viralatas no setor de assistencialismo, contribuindo para o desenvolvimento social. Para alcançar tais metas, a associação desenvolve iniciativas educacionais.

“Acreditamos que para que haja uma transformação na realidade da causa animal, temos que ir muito além de apenas campanhas de castração, por exemplo. A gente precisa de uma campanha de conscientização educacional”, defende a gerente. Por essa razão, a 101 Viralatas tem continuamente produzido conteúdos educativos e promovido a causa animal.

O livro “O gatinho Ariel”, elaborado pela ONG, tramita atualmente na Prefeitura de Viamão. Após a aprovação, a obra deverá ser disponibilizada em todas as escolas municipais. Conforme Franciele, a previsão era de que o processo fosse concluído em maio deste ano, porém, até o momento, o material não foi liberado para as unidades escolares e



Criada em 2009, a entidade surgiu da percepção de acolher animais abandonados na cidade de Viamão

não há uma resposta definitiva das autoridades responsáveis.

A visita dos escoteiros de Viamão era comum no sítio da 101 Viralatas, porém, com as limitações monetárias – acarretando na diminuição de funcionários e falta de recursos para manter adequadamente os espaços – a atividade foi temporariamente descontinuada.

Nos momentos de encontro, os mais jovens tinham contato com os animais e ajudavam no trato, nos passeios e em outras atividades do cotidiano da organização. Atualmente, para preservar o caráter educativo do trabalho, a organização realiza visitas guiadas pontuais e vai a escolas para sensibilizar os alunos sobre a causa animal e apresentar projetos relacionados.

A fim de restabelecer a segurança financeira da associação,

os funcionários junto dos voluntários formularam e potencializaram iniciativas alinhadas aos valores da ONG, em especial, a sustentabilidade. As principais ações são o projeto Tampa Fome e o brechó beneficente.

“Para o Tampa Fome, nós recolhemos tampinhas plásticas de produtos alimentares e de higiene. Os voluntários vão até os nossos 80 pontos de coleta recolher o material e separar as tampinhas por cor. Então, vendemos o quilo a R\$ 2,80 pelo programa do tampinha legal”, afirma a gerente.

Por meio de um cálculo elaborado pela ONG, foi concluído que seria possível alimentar todos os animais acolhidos na venda de sete toneladas mensais, entretanto, atualmente, menos de duas toneladas são recolhidas mensalmente pela 101 Viralatas.

Já o brechó tem a finalidade de movimentar a moda sustentável, ajudar financeiramente a ONG e auxiliar mulheres da comunidade em seus próprios brechós. “Nós temos, além do brechó convencional, o que nós chamamos de Liquidação, em que vendemos peças por R\$ 3,00 para as mulheres da região que também trabalham com moda sustentável. Elas levam lotes inteiros e utilizam da 101 Viralatas como fornecedor de roupa em seus próprios brechós”.

Franciele reitera que todas as formas de sustento da ONG prezam pela sustentabilidade e pela reflexão do impacto humano no meio ambiente. Conforme ela, o acolhimento com os animais é maior que apenas a proteção, mas sim, entender e conviver com todo o ecossistema ambiental de forma saudável.

Maior parte dos animais é vítima de crimes de abandono e maus-tratos

Contando com 15 funcionários e mais de 50 voluntários registrados, a ONG 101 Viralatas resgata, cuida e direciona animais abandonados e vítimas de maus-tratos para lares definitivos há 17 anos. A gerente da organização, Franciele Amaral, relata que os animais chegam até eles de diversas formas: abandonados na frente do sítio em que atuam em Viamão, amarrados em cercas nas proximidades, entregues pelos moradores

após serem encontrados, via denúncias – que chegam na casa da centena diariamente – e por pedidos de delegacias.

“Para que uma ocorrência de maus-tratos seja atendida, a delegacia precisa ter previamente um local seguro para receber o animal e, na maioria das vezes, as ONGs que recebem esses animais, sem receber nenhum centavo por isso”, explica a gerente.

Os animais recebidos, após avaliação de comportamento e

tratamento – caso necessário – ficam disponíveis para adoção. Franciele pontua que são disponibilizados apenas os dóceis, que já estão prontos para um novo recomeço. Por meio de parceria com a Rede Bourbon, aos sábados, a ONG leva os animais aos shoppings da rede para eventos de adoção. Ao decidir que quer se tornar responsável por um bicho, o novo dono tem o período de adaptação acompanhado pela 101 Viralatas.

A organização, para além das tarefas cotidianas, também investe em conhecimento e aprimoramento. Em agosto deste ano, a associação fez presença na Interplast, em Joinville, feira de tecnologia focada na indústria do plástico. O evento possibilitou acesso a novos fornecedores e abriu novos horizontes de como crescer no meio da reciclagem do plástico.

Por meio de uma parceria com a Viação Ouro e Prata, que viabi-

lizou uma viagem de mais de 60 horas até Brasília, a 101 Viralatas também pode participar da Semana Nacional dos Animais. O encontro nacional é voltado à proteção, defesa e direitos dos animais no Brasil, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Para saber mais sobre a 101 Viralatas, doar ou localizar os 80 pontos de coleta de tampinha, acompanhe o Instagram @101viralatas

GESTÃO

CTO da Lenovo coloca lideranças e pessoas no centro da IA

No Congregarh, Ed Soo Hoo recorreu à literatura, ao cinema, à história e à própria trajetória para discutir transformação e futuro

Luciane Medeiros

Shakespeare, Hemingway, Confúcio e Maquiavel. Cenas de Top Gun: Maverick, de um pit stop da Fórmula 1 e referências à corrida espacial norte-americana dos anos 1960. Foi recorrendo à literatura, ao cinema, à história e à própria trajetória que o CTO da Lenovo, Ed Soo Hoo, conduziu nesta quinta-feira (1º) o painel “IA, ética e humanidade” no Congregarh, congresso de gestão de pessoas e inovação promovido pela ABRH-RS no Centro de Eventos da Pucrs.

Diante de uma plateia formada principalmente por profissionais de Recursos Humanos e gestores, Soo Hoo colocou as pessoas no centro das reflexões sobre as transformações provocadas pela tecnologia. Entre as provocações, convidou o público a pensar sobre quem é hoje, quem será amanhã e quais habilidades precisará desenvolver diante das mudanças.

Em um dos momentos do painel, no telão acima do palco, apresentou quatro expressões que serviram de ponto de partida para parte de suas reflexões: the hill (a colina), the plug (a vela de ignição), the road (a estrada) e the chat (a conversa). A partir delas, abordou estratégia, liderança, adaptação e escuta.

Ao falar de estratégia, ressaltou a necessidade de combiná-la com a execução e chamou a

atenção para a importância dos pequenos detalhes. Na liderança, defendeu proximidade: o líder precisa “sujar as mãos” e compreender o que o time enfrenta no dia a dia. Também provocou os gestores a conhecerem melhor as pessoas, perguntando não apenas o que sabem, querem ou precisam, mas com o que se importam, do que gostam, o que temem e o que desejam.

De Maquiavel a Top Gun: Maverick, Soo Hoo discutiu diferentes formas de liderar e questionou se o líder inspira ou limita sua equipe. Em O Mágico de Oz, encontrou outra metáfora: Espantalho, Homem de Lata e Leão Covarde buscavam cérebro, coração e coragem, enquanto Dorothy conduzia o grupo. A referência ajudou a sustentar a ideia de que líderes podem surgir de onde menos se espera e de que líderes constroem outros líderes.

Transformação foi outro eixo abordado no painel. Soo Hoo citou Kodak e Nokia como exemplos de empresas inovadoras que ocuparam posições de destaque, mas não conseguiram se atualizar diante das mudanças. Ao olhar para o futuro, falou de inteligência artificial e apontou o espaço como uma das grandes fronteiras da tecnologia.

A imagem de um céu escuro cortado por raios acompanhou uma das metáforas utilizadas por Soo Hoo para falar das transformações e da necessidade de novas formas de pensar. Para o executivo, diante das mudanças, cabe às pessoas assumir um papel ativo e aproveitar as possibilidades para escrever a própria história.

Na parte final, retomou Sha-



Ed Soo Hoo falou ao Jornal do Comércio sobre trabalho, requalificação e regulação da Inteligência Artificial

kespeare em uma provocação: “To be or not to be bold” — ser ou não ser ousado. Bold também apareceu como acrônimo de Believe, Own, Live e Drive. Ao citar Confúcio e a ideia de que uma jornada de mil milhas começa com o primeiro passo, acrescentou sua própria perspectiva: para ele, a jornada começa antes, com a primeira batida do coração.

Em entrevista ao Jornal do Comércio após o término do painel, Soo Hoo aprofundou os impactos da inteligência artificial sobre o trabalho e a responsabilidade das empresas diante das mudanças provocadas pela tecnologia.

Questionado sobre o discurso de que a IA aumenta a produtividade e libera profissionais de tarefas repetitivas, e diante do temor de corte de empregos, reconheceu que haverá consequências para determinadas funções. “Alguns empregos vão desaparecer”, afirmou.

Para Soo Hoo, porém, esse tipo de ruptura não começou com a IA. Ao longo da história,

novas tecnologias provocaram mudanças no mercado de trabalho. A questão está também na maneira como as empresas respondem a elas.

Soo Hoo citou como exemplo a Ikea, que, segundo ele, tinha 8,5 mil funcionários em atendimento e suporte ao cliente e passou a utilizar IA nessas atividades. Em vez de simplesmente dispensá-los, afirmou, a companhia os requalificou para outras funções.

“As empresas precisam reinvestir e realmente repensar o que a IA traz para a mesa. Sim, ela vai automatizar. Sim, vai tornar as coisas mais rápidas. Sim, vai liberar as pessoas para fazerem mais. Mas o que é esse ‘mais’? Isso cabe à liderança”, afirmou.

O executivo lembrou ainda uma experiência de 1976, quando vendeu uma tecnologia a uma empresa e ouviu do proprietário que a novidade permitiria demitir 40 funcionários. Soo Hoo contou ter confrontado a decisão: se aquelas pessoas não eram mais necessárias para de-

terminada tarefa, poderiam ser preparadas para outras funções e contribuir para o crescimento da companhia. “Não se trata de economizar dinheiro. Trata-se de construir grandes empresas”, resumiu.

A velocidade da transformação também produz inseguranças. Soo Hoo reuniu algumas delas no que chamou de “F-bombs” da IA. Uma é o Fobo (fear of being obsolete), o medo de se tornar obsoleto. Outra é o Fomo (fear of missing out), o medo de ficar de fora. Mas o executivo acrescenta um terceiro “F”: fadiga, a fadiga.

“Todo mundo está cansado. É informação demais. O que tudo isso significa para mim, na minha vida?”, questionou.

Para Soo Hoo, a corrida em torno da inteligência artificial também exige perguntar qual objetivo está sendo perseguido. Ele comparou o movimento das empresas de tecnologia a uma nova corrida armamentista e questionou: afinal, qual é a corrida?



Executivo foi um dos painelistas do Congregarh 2026 na Pucrs

Big techs não devem definir regras sozinhas

Questionado sobre a participação das big techs no debate regulatório, considerando que possuem interesses econômicos na expansão da IA, Soo Hoo disse não considerar adequado que elas próprias definam as regras. “Eu não diria que elas deveriam definir as regras. Acho que as regras deveriam ser estabelecidas por outra organização, e então as empresas de tecnologia teriam de atuar de acordo com elas”, afirmou.

Isso não significa afastar as

empresas da discussão. Soo Hoo defende cooperação entre governos e companhias de tecnologia. “O governo deveria cooperar e colaborar. Às vezes, o governo é lento demais, enquanto as empresas são rápidas demais”, avaliou. Para explicar a necessidade de controle externo, comparou a situação à possibilidade de dar liberdade a uma montadora que não precisasse cumprir normas de segurança. O desafio, na sua visão, é encontrar equilíbrio entre inovação, su-

pervisão e responsabilidade.

Soo Hoo sintetizou princípios para a IA na fórmula Rest sobre G: Responsible, Ethical, Secure and Trusted — responsável, ética, segura e confiável — sobre Governance, governança. A discussão retoma o tema levado por Soo Hoo ao palco. Se a inteligência artificial amplia possibilidades e acelera transformações, as decisões sobre como utilizá-la, preparar as pessoas e estabelecer limites continuam humanas.

MINUTO VAREJO

Vinícola Galiotto projeta crescimento e mais mercados

Operação em Flores da Cunha está sendo ampliada, e receita terá alta de 14% em 2026

Patrícia Comunello
patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Depois de seis décadas, a Vinícola Galiotto, de Flores da Cunha, na Serra Gaúcha, projeta mais crescimento e também mais espaço no varejo nacional e em mercados no exterior. Informações passadas à coluna Minuto Varejo projetam que a receita deve fechar 2026 com alta de 14% frente a 2025. No ano passado, a operação familiar faturou R\$ 107 milhões. Este ano o ritmo dos negócios aponta para fluxo de R\$ 122 milhões. “Ampliação do portfólio, expansão comercial e reconhecimento da qualidade de seus produtos”, elenca a direção da vinícola, como fatores que marcam o ano. O mercado de “bebidas leves e versáteis” está na mira do negócio para ganhar mais espaço. O



VINÍCOLA GALIOTTO/DIVULGAÇÃO/JC

Evento dos 60 anos teve visita de convidados, de fornecedores a consumidores à produção da marca

Sudeste é a região que mais consome as bebidas. O vinho tinto suave da marca está entre os mais vendidos no Rio de Janeiro, cita a vinícola. No exterior, os principais destinos são Haiti,

Paraguai e Estados Unidos.

Em setembro, a Galiotto comemorou os 60 anos com atividades na área da futura nova sede, que ficará pronta em 2027. A empresa lançou ainda o Galiot-

to, Edição Especial 60 Anos, para comemorar os 60 anos. Detalhe: o vinho tem número limitado de garrafas, que estão sendo comercializadas apenas na sede da vinícola. A direção familiar

explica, em nota, que “o rótulo comemorativo foi desenvolvido a partir de um blend de Cabernet Sauvignon, Tannat e Merlot das safras 2021, 2022 e 2023”. O complexo ainda em construção será espaço para mais interação com apreciadores da bebida. A vinícola foi fundada em 1966, com a terceira geração à frente do empreendimento, com produção de 10 milhões de litros por ano e capacidade de armazenagem de até 14 milhões de litros. “Atualmente, o portfólio reúne 62 SKUs, entre vinhos de mesa, vinhos finos, espumantes, sucos de uva, frisantes e cooler, comercializados em diferentes regiões do Brasil e também no mercado internacional”, detalha a marca. Premiações recentes carimbam a boa fase. Uma delas foi a Medalha Diamante no 1º Concurso do Suco de Uva Brasileiro, da Associação Brasileira de Enologia. A Galiotto conquistou ainda a Vinalies Or 2026, uma das mais importantes da vitivinicultura mundial, com o Breez Cooler sabor Morango, cita a direção.

‘Caminito’ do Sabor de Luna em Porto Alegre

Um caminito porto-alegrense está literalmente nascendo em uma das regiões mais valorizadas da Capital. A ideia surgiu da dupla de donos da Sabor de Luna, para marcar os 15 anos da trajetória da confeitaria e padaria com inspiração de receitas uruguaias. Uma passagem pública, que conecta as ruas Carlos Trein Filho e Ciro Gavião, entre os bairros Auxiliadora e Bela Vista, será o Caminito del Sabor. A marca tem sua segunda unidade, aberta em 2025, justamente

na trilha da passagem. Os donos Tatiana Druck e Raul Coppetti estão investindo R\$ 200 mil para melhorar a estrutura e também levar desenhos e muita cor à trilha. A passagem foi adotada pela empresa, que segue legislação da Capital, e terá melhor infraestrutura, acessibilidade, segurança, paisagismo, mobiliário e arte urbana, listam os empreendedores.

As obras já estão em andamento. Este mês deve ser concluída a nova identidade visual,

com “pinturas e intervenções artísticas”. A dupla quer estreitar o “caminito” em 15 de novembro, que é o aniversário da Sabor de Luna. “Queríamos comemorar os 15 anos fazendo alguma coisa que continuasse existindo quando a festa acabasse. A Sabor de Luna nasceu em Porto Alegre trazendo uma memória afetiva do Uruguai. Agora, queremos devolver um pedaço dessa história à cidade”, afirmam, em nota para a coluna, Tati e Raul, como são chamados por clientes e amigos.

“O projeto busca transformar um espaço de circulação em um caminho com identidade própria, para convidar as pessoas não apenas a passar, mas também a parar, sentar, conversar e conviver”, traduz a dupla, reforçando que o nome Caminito del Sabor faz uma conexão “afetiva” com o universo do Rio da Prata e a cultura uruguia. Tati e Raul também esclarecem: “A intenção não é reproduzir o Caminito de Buenos Aires, mas construir uma linguagem própria, vinculada a Porto Alegre e à história da Sabor de Luna”.



SABOR DE LUNA/DIVULGAÇÃO/JC

Fundadores vão transformar corredor ao lado da loja na Carlos Trein

Programa abordou parceria em produtos com Free Kitchen



STUDIO PROHUB/DIVULGAÇÃO/JC

Tatiana e Raul, e Rosane e a filha entraram, por vídeo, das operações

O programa do Minuto Varejo mostrou a parceria da Sabor de Luna e Free Kitchen, marca com linhas de produtos voltados a consumidores com restrição alimentar, como celíacos. O alfajor zero foi criado pela Free Kitchen, comandada por Rosane Levenfus e a filha Silvia. “Perto do Dia das Mães, a Tati (Sabor de Luna) veio com o desafio: ‘Gurias, vocês conseguem produzir um alfajor sem açúcar, glúten e leite?’,”

recordou Rosane. A provocação, claro, foi atendida. Essa e outras parcerias entre as duas marcas foram detalhadas no programa, com mãe (falando direto da fábrica da Free Kitchen, no bairro Santana, na Capital, filha, do quiosque da marca aberto este ano no IguatemiPOA, e a dupla Tatiana Druck e Raul Coppetti de uma das lojas do Sabor de Luna. Silvia descreveu como está a procura na operação no Iguatemi.



*Sujeito a análise de crédito.

Tá com crédito

Soluções de crédito
com ótimas taxas.*

Precisando de capital de giro?

Banrisul Capital de Giro

- Prazo de até 36 meses para pagamento
- Aceita uma ampla variedade de garantias
- Crédito em conta corrente na data do registro da operação
- Condições especiais com taxas atrativas para o seu negócio

Precisando renovar o estoque?

Conta Única

- Isenção de tarifa na contratação
- Renovação automática
- Diversificação de garantias
- Comodidade no pagamento dos encargos por meio do débito em conta corrente

Quer investir na sua empresa?

Desconto Digital de Duplicatas

- Liquidez imediata para o seu negócio
- Processo digital e simplificado
- Antecipação de duplicatas com vencimento em até 180 dias
- Operações isentas de tarifa de abertura de crédito

Saiba mais:



 **banrisul**
empresas